

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas	2
Título: Plano Plurianual terá metas mais claras para orientar orçamentos, diz secretário ...	2
Título: Regra de ouro será cumprida com sobra.....	4
Título: Petrobras reavalia parceria com chineses na refinaria do Comperj.....	7
Título: Cade adia prazo para CSN vender ações da Usiminas	9
Título: Destaques	11
Título: PIB mineiro pode cair 7% com parada de minas da Vale	12
Título: Falta consenso sobre valor de Braskem.....	14
Título: Sem novidades na pauta sucroalcooleira	16
Título: Carf mantém cobrança de R\$ 2,17 bi da Petrobras	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Planalto tenta acelerar privatização da Eletrobrás.....	19
Título: Conta de luz cai após governo quitar débito	20
Título: Governo vai bloquear até R\$ 30 bilhões	21
Título: Promotor diz que Vale obstruiu apuração.....	22
Título: Desmatamento pode elevar temperatura na Amazônia em 1,45°C.....	23
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Na bomba 1.....	25
Título: Consumidores terão alívio nas contas de luz de 2019 e 2020	25
Título: Preço da gasolina em refinarias dispara 21,5% no ano	26
VEÍCULO: O Globo	28
Título: Uma aventura americana	28

Título: Reajustes da Light e da Enel serão revistos, e aumento será menor	28
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30
Título: Conta de luz terá reajuste menor	30
Título: Acordo sobre base de Alcântara pode render R\$ 1,1 bilhão ao Brasil	31
Título: Desmatamento no Brasil aquece todo o planeta	31
Título: Reflorestamento tem que ser planejado	33

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Curtas

Energia mais barata

A Aneel autorizou ontem a quitação antecipada do empréstimo para socorrer as distribuidoras na crise hídrica de 2014. A liquidação deste financiamento, no valor total de R\$ 21 bilhões, permitirá que as contas de luz dos consumidores finais sejam atenuadas, na média, em 3,7% neste ano e em mais 1,2% em 2020. O empréstimo havia sido negociado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) com um grupo de 13 bancos. Na época, as distribuidoras sofriam com forte pressão de caixa por terem que assumir com o alto custo da operação de usinas térmicas. "Vivíamos uma situação altamente desafiadora, com cenário hidrológico adverso", afirmou o diretor

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner e Fábio Pupo | De Brasília

Título: Plano Plurianual terá metas mais claras para orientar orçamentos, diz secretário

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse em entrevista ao **Valor** que está preparando mudanças no Plano Plurianual (PPA) para que o documento tenha metas mais claras e verificáveis a serem cumpridas anualmente.

"Vamos colocar elementos quantitativos e sair das generalidades que existem hoje no PPA", afirmou. Segundo ele, a intenção da equipe econômica é que os orçamentos elaborados a cada ano estejam mais ligados à diretrizes existentes no PPA - o que não ocorreria hoje na prática.

O PPA é um dos instrumentos do rito orçamentário do governo federal e tem duração de quatro anos. Na teoria, serve como uma visão de longo prazo dada pelo governo eleito para orientar a elaboração das peças anuais. Na prática, a visão de técnicos é que ele acaba ignorado principalmente nos últimos anos de mandato.

O trabalho de remodelagem do PPA ficará a cargo da secretaria de Rodrigues, que hoje reúne as pastas envolvidas no tema. "Ninguém usou o PPA como ferramenta de planejamento efetivo. Vamos trazer para o PPA metas a serem cumpridas ano a ano. Como nós temos a SOF [Secretaria de Orçamento Federal], o Tesouro e a avaliação de políticas no mesmo guarda-chuva, posso elaborar uma peça sabendo o que farei ano a ano", disse.

"Os programas terão alocação de até quatro anos e serão definidas metas de atingimento ao longo dos anos. O PPA não vai eliminar de forma direta a LOA. O que traremos é um PPA mais próximo de forma que as LOAs de 2020 a 2023 se aproximem do PPA. Se você comparar o PPA de quatro anos e comparar o que planejou para a LOA com aquele quarto ano, a diferença hoje é brutal". Ele diz também que, para assegurar as mudanças, haverá a criação de mecanismos que reforcem o comprometimento com a execução do plano ("enforcement").

Rodrigues disse que a reestruturação gerada pela criação do Ministério da Economia colocou sob a Secretaria de Fazenda as três fases do processo orçamentário (planejamento, execução e avaliação), uma inovação que permitirá maior eficiência na gestão pública.

Segundo ele, todos os ministérios terão suas políticas públicas avaliadas pela secretaria criada para este fim dentro da Secretaria especial de Fazenda. Esse processo será iniciado com os programas de quatro pastas: Defesa, Ciência e Tecnologia (MCTIC), Saúde e Educação. A ideia é que essas avaliações sejam consideradas para definição de aumento ou redução de recursos orçamentários para os programas.

A ideia de começar pela Defesa e MCTIC é porque, no primeiro caso, há alto investimento em pesquisa e desenvolvimento, que pode ter impactos econômicos relevantes, e, no segundo, pelo potencial de impacto no crescimento econômico das ações, mesmo com volume de recursos menores. Saúde e Educação entram nessa primeira fase por serem pastas tradicionais e alvo de grande atenção.

O secretário confirmou que o governo fará um contingenciamento de gastos, conforme antecipou o **Valor** na sexta-feira passada, a ser anunciado amanhã ou depois. Ele não quis confirmar números e disse que a retirada ou não dos R\$ 12,2 bilhões da Eletrobras da conta depende de definições a serem encaminhadas pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**. Mas reconheceu que a receita administrada projetada está abaixo do previsto no Orçamento de 2019.

Nos bastidores, falava-se na semana passada que o corte de gastos seria bem superior a R\$ 5 bilhões e poderia se aproximar de R\$ 20 bilhões, a depender do que se definiria para a Eletrobras, entre outros fatores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Regra de ouro será cumprida com sobra

Contrariando todas as expectativas e depois da celeuma criada no ano passado, o governo vai cumprir neste ano, com sobra, a chamada "regra de ouro" das finanças públicas. Tudo indica que haverá um substancial saldo positivo. Mesmo assim, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso, na semana passada, um projeto de lei pedindo autorização para emitir R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos para cumprir a regra.

A reviravolta na expectativa do governo foi provocada pelos mesmos fatores que permitiram o cumprimento da "regra de ouro" nos últimos anos: a transferência para o Tesouro do lucro contábil do Banco Central nas operações com as reservas cambiais e o pagamento antecipado dos empréstimos que o BNDES recebeu do Tesouro.

O lucro do BC nas operações com as reservas é contábil porque não resulta de venda de moeda estrangeira, mas apenas da desvalorização do real frente ao dólar. Como as reservas em moedas estrangeiras são contabilizadas em reais, toda vez que a moeda brasileira sofre uma desvalorização em relação ao dólar,

o valor em reais da reserva aumenta. O aumento é considerado "lucro" e transferido em dinheiro ao Tesouro.

Lucro contábil do BC e devolução do BNDES salvam o governo

A "regra de ouro" proíbe o governo de se endividar em valor superior à despesa de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações de débitos). Ou seja, a regra busca evitar que o Estado aumente sua dívida para pagar despesas correntes.

O Orçamento de 2019 foi elaborado com a previsão de uma insuficiência de R\$ 248,9 bilhões para cumprir a "regra de ouro". Ou seja, a proposta orçamentária não cumpria a regra", pois as operações de crédito neste ano iriam superar em R\$ 248,9 bilhões as despesas de capital, com o objetivo de pagar despesas correntes.

A solução encontrada foi incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) um artigo permitindo que o Orçamento fosse elaborado com despesas correntes condicionadas a uma autorização futura do Congresso para a emissão de R\$ 248,9 bilhões em títulos públicos. O entendimento do governo foi que o inciso III do artigo 167 prevê essa saída desde que o projeto de lei seja aprovado pela maioria absoluta do Senado e da Câmara. O Congresso concordou com essa interpretação.

O projeto de lei enviado por Bolsonaro na semana passada cumpriu a determinação da lei orçamentária. A questão agora é que não há mais necessidade da emissão dos títulos porque não existirá insuficiência para cumprir a "regra de ouro".

O imbróglio em que o governo se meteu é que despesas com benefícios previdenciários e com o programa Bolsa Família neste ano estão condicionadas à aprovação da emissão dos títulos. Assim, do ponto de vista da contabilidade pública, as despesas só poderão ser executadas se a operação de crédito for aprovada, de acordo com especialistas consultados pelo **Valor**. Dito de forma direta, o Congresso terá que aprovar a emissão de títulos se quiser que um montante considerável de despesas na área social (R\$ 248,9 bilhões) seja executado.

Ao divulgar o seu resultado de janeiro, o Tesouro Nacional estimou a insuficiência da "regra de ouro" neste ano um pouco menor do que está previsto no Orçamento: em R\$ 247,8 bilhões. A insuficiência de R\$ 247,8 bilhões será resolvida com o uso de R\$ 141,2 bilhões do resultado do Banco Central registrado no primeiro semestre de 2018. Além disso, o governo vai utilizar também o lucro de R\$ 25 bilhões obtido pelo BC no segundo semestre do ano

passado. Com isso, a insuficiência cairia para R\$ 81,6 bilhões (R\$ 247,8 bilhões menos R\$ 141,2 bilhões menos R\$ 25 bilhões).

O governo também decidiu instruir o BNDES a antecipar o pagamento de mais R\$ 100 bilhões, além dos R\$ 26 bilhões negociados anteriormente, dos créditos que o banco obteve junto ao Tesouro. Com isso, a insuficiência seria transformada em um saldo positivo de R\$ 18,4 bilhões. (R\$ 100 bilhões menos R\$ 81,6 bilhões).

A conta não acaba aí. O ministro da Economia, Paulo Guedes, está decidido a realizar o megaleilão do excedente de petróleo na área da cessão onerosa da Petrobras. A receita do leilão poderá superar R\$ 120 bilhões, de acordo com avaliações feitas pelo próprio governo. Depois de dividir parte dos recursos com os Estados e municípios e pagar o devido à Petrobras, no contexto da revisão do contrato da cessão onerosa, é possível que a União fique com algo em torno de R\$ 60 bilhões.

O dinheiro do leilão reduzirá o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) neste ano, ajudando a aumentar ainda mais o saldo positivo da "regra de ouro". Além disso, em meados do ano passado, o governo alterou as regras de inscrição e cancelamento de restos a pagar. Com as mudanças, o Tesouro estimou que seria possível cancelar até R\$ 42,7 bilhões de restos a pagar não processados no fim deste ano. O cancelamento também elevará o saldo da "regra de ouro".

Resolvido o problema deste ano, ele permanecerá, no entanto, nos próximos. Principalmente porque a antecipação do pagamento dos empréstimos pelo BNDES não vai durar muito. E a transferência do lucro contábil do BC ao Tesouro deverá acabar neste ano.

Parado na CCJ

Está parado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados o projeto de lei 9.283/2017, que muda a relação financeira entre o Tesouro e o Banco Central. Aprovado em 20 de dezembro do ano passado, o projeto aguarda apenas que a CCJC elabore a sua redação final.

A paralisia é explicada por causa de uma emenda de redação que foi feita ao projeto. O texto original não especificava o período de apuração do balanço do BC. A emenda determinou que o período de apuração seja semestral.

Vários consultores da Câmara entendem que a emenda mudou o conteúdo do projeto, pois o período de apuração do balanço do BC tem variado ao longo do tempo (anual e semestral) e, portanto, deve ser definido em lei. Outros

entendem que, mesmo que a emenda tenha alterado o conteúdo, já é matéria vencida.

O projeto 9.283/2017 determina que o lucro do BC com a administração das reservas e nas operações de swap cambial não será mais transferido ao Tesouro, mas mantido em uma "reserva de resultado" no próprio balanço da instituição. A "reserva" será usada apenas para cobrir os prejuízos do Banco Central.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras reavalia parceria com chineses na refinaria do Comperj

A parceria entre a Petrobras e a chinesa CNPC para construção da refinaria do Comperj, em Itaboraí (RJ), está sendo reavaliada pela estatal brasileira, em meio às discussões internas sobre o novo modelo de desinvestimentos no refino. Segundo uma fonte da administração da empresa, o pré-acordo com os chineses, costurado nas gestões de Pedro Parente e Ivan Monteiro, está desalinhado com o que pensa o presidente Roberto Castello Branco, que prega um movimento mais agressivo de redução da participação da petroleira no refino.

Em outubro, a Petrobras e a CNPC assinaram o acordo integrado definindo o modelo da parceria. Pelo acerto, a empresa asiática assumiria fatia de 20% da joint venture a ser formada para conclusão e operação do primeiro trem (módulo) da refinaria do Comperj, que terá capacidade para processar 165 mil barris/dia de petróleo. As duas partes se comprometeram, então, a avançar com os estudos de viabilidade e de planejamento dos investimentos para conclusão das obras. Desde então, ainda não houve um acordo definitivo para a sociedade, discutida desde julho de 2017.

O modelo proposto para a parceria no Comperj está desalinhado com a estratégia de Castello Branco para o refino. Segundo declarações recentes do executivo, a Petrobras não tem a intenção de vender pequenas fatias nos ativos. "Se vendermos [uma refinaria], vamos vender 100% do ativo específico", disse Castello Branco, em teleconferência com investidores, há três semanas.

O governador do Rio, Wilson Witzel, disse que dará todo o apoio necessário para a retomada das obras

A Petrobras está revendo todo o modelo de parcerias e desinvestimentos no refino. O plano original, lançado por Pedro Parente e que previa a venda de 60% de participação em dois polos regionais (um no Sul e outro no Nordeste), também não agrada o comando atual da petroleira. A estatal pretende definir ainda no primeiro semestre o novo modelo dos desinvestimentos no refino.

Castello Branco já disse que pretende mudar o modelo original para aumentar o número de potenciais compradores. O projeto original de desinvestimento veta a participação de empresas que tenham como principal atividade a comercialização global de petróleo e derivados de terceiros, conhecidas como tradings.

"Não concordamos [com o modelo atual], porque ele exclui compradores. Não queremos excluir ninguém", afirmou o executivo, durante coletiva de imprensa, há três semanas.

Na segunda-feira, o executivo esteve reunido com o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, para conversar sobre, entre outros assuntos, a retomada das obras do Comperj. No encontro, Witzel disse que o governo fluminense se coloca à disposição da Petrobras para "todo apoio necessário para a retomada" das obras da refinaria.

A Petrobras acredita ser possível concluir em dois anos as obras do Comperj, a partir do momento em que fechar o acordo para retomada do projeto. As obras da refinaria foram interrompidas em 2015 com mais de 80% de avanço. A Petrobras já investiu cerca de US\$ 13 bilhões e condicionou a conclusão das obras à busca de um sócio.

O setor de refino é o grande pilar do programa de desinvestimentos da petroleira brasileira

As estimativas atuais para colocar a refinaria de pé superam US\$ 3 bilhões, de acordo com um analista de um importante banco de investimentos. Enquanto as obras da refinaria aguardam uma solução de financiamento, a Petrobras investe, sozinha, cerca de R\$ 1,95 bilhão na conclusão das obras da unidade de processamento de gás natural do Comperj.

O setor de refino é o grande pilar do programa de desinvestimentos da estatal, que espera anunciar em 12 meses até US\$ 40 bilhões em venda de ativos. A Petrobras possui 13 unidades, que respondem por 98% da capacidade de refino do país. Castello Branco, porém, vê espaço para que a empresa reduza sua fatia no mercado para cerca de 50%.

No curto prazo, a grande expectativa gira em torno da venda da participação de 90% na Transportadora Associada de Gás (TAG). A Petrobras marcou para 2 de abril a segunda rodada de ofertas pelo ativo, que reúne uma rede de gasodutos de 4,5 mil quilômetros de extensão nas regiões Norte e Nordeste do país. O negócio é avaliado em cerca de US\$ 8 bilhões.

Na primeira rodada, o grupo francês Engie - em sociedade com o fundo de pensão canadense CDPQ - apresentou a melhor oferta pelo negócio, no valor de US\$ 8 bilhões, segundo uma fonte. Por uma exigência prevista na sistemática de desinvestimentos da Petrobras, firmada com o Tribunal de Contas da União (TCU), quando a diferença de valores entre as ofertas é relativamente pequena, a companhia deve realizar uma segunda rodada de ofertas.

Como a Engie apresentou a melhor oferta na primeira fase, a empresa pode negociar aspectos contratuais do negócio, como o valor e o contrato de operação dos gasodutos. É com base nesses pontos que os concorrentes farão a segunda rodada. Além do grupo francês, o ativo também interessa ao consórcio formado pelo Mubadala e pela EIG.

Este ano, a companhia já anunciou a venda da refinaria texana de Pasadena, para a Chevron (US\$ 562 milhões), e do campo de Maromba, na Bacia de Campos, para a BW Offshore (US\$ 90 milhões).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Cade adia prazo para CSN vender ações da Usiminas

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou pedido da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para postergar o prazo para venda das ações da Usiminas - conforme antecipou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, na tarde de ontem. O órgão antitruste havia determinado, há cinco anos, que a alienação deveria ocorrer até o fim do mês que vem, mas a CSN pediu mais tempo. Entre os conselheiros, houve divergência e foi colocada em xeque "a autoridade" do órgão antitruste no caso. Procuradas, as empresas não comentaram a decisão.

A empresa tentou nos últimos anos flexibilizar o compromisso firmado com o Cade em 9 de abril de 2014 de diferentes formas e, desta vez, pediu aos membros do órgão antitruste o adiamento da venda em seis meses. O caso não

é público e, por isso, os dados são sigilosos - não foram divulgados oficialmente nem o novo prazo nem a fatia a ser vendida.

O pedido da CSN foi trazido ao plenário pelo presidente do Cade, Alexandre Barreto, e foi o último caso a ser analisado na sessão de ontem. Ele acolheu pareceres prévios sobre o tema feitos pela Superintendência-Geral do órgão antitruste e pela Procuradoria Federal junto ao Cade (ProCade). As duas áreas redigiram documentos favoráveis ao pedido da CSN, que também não são públicos.

Na audiência, Barreto afirmou que a ProCade, após analisar o caso, concluiu que estender o prazo é uma proposta "razoável" e "mais vantajosa do que eventual intervenção da autoridade antitruste". A ProCade mencionou ainda a existência de remédios concorrenciais existentes atualmente, como a suspensão dos direitos políticos da CSN na Usiminas até que as ações sejam vendidas. Segundo Barreto, o posicionamento da superintendência afirma que os remédios se mostram "eficientes".

Com o voto favorável de Barreto, a CSN venceu com um placar de 3 votos a 2. Ele foi seguido pelos conselheiros Mauricio Oscar Bandeira Maia e Paulo Burnier Da Silveira.

Já a conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova se posicionou de forma contrária e disse que o pedido feito pela CSN "carece de razoabilidade" e atinge em cheio o objetivo do termo firmado com a CSN para a venda das ações, cujo prazo já foi "bastante elástico". "É um claríssimo desafio à autoridade do Cade. Não podemos aqui subestimar o mercado, o Cade e os agentes envolvidos na operação sopesando quiçá o interesse privado apenas de um lado. Discordo das ponderações", disse ela. A conselheira Paula Farani de Azevedo Silveira também votou de forma contrária e de forma resumida, sem comentários detalhados.

O caso é antigo no Cade e se arrasta no órgão desde 2011. Na época, a CSN fez uma ofensiva na bolsa de valores e se tornou a detentora individual do maior número de ações da Usiminas. O Cade aplicou, em 2015, uma multa à CSN e firmou termo de compromisso com a companhia por meio do qual ela se comprometeu a vender ações até um determinado prazo - que venceria ao fim de abril de 2019.

Ao longo dos últimos anos, a autarquia negou as tentativas da CSN de flexibilizar o acordo em quase todas as ocasiões - exceto em abril de 2016, quando a

empresa conseguiu do órgão autorização para participar de assembleia e indicar nomes aos conselhos de administração e fiscal da concorrente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Justiça libera terminal

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) derrubou ontem liminar proferida na segunda-feira pela Seção Judiciária do Distrito Federal suspendendo o leilão para arrendamento do terminal portuário AI-01, no Porto de Cabedelo, na Paraíba (PB). A liminar foi obtida pela Raízen, que é operadora atual do terminal, depois que a companhia alegou que não houve tratamento isonômico à companhia e às operadoras dos outros dois terminais de Cabedelo oferecidos no mesmo leilão (BR Distribuidora e Transpetro). A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) vai abrir hoje, entre 10h e 13h, uma sessão extraordinária para recebimento de propostas pelo terminal portuário. Além desse terminal, serão oferecidos, no leilão previsto para amanhã, outros três terminais, dois em Cabedelo e um em Vitória (ES). As propostas pelos outros terminais foram apresentadas na segunda-feira.

Queiroz Galvão e UTC

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) manteve ontem a declaração de inidoneidade para as empreiteiras Queiroz Galvão e UTC Engenharia por formação de cartel no processo de contratação de obras da usina nuclear Angra 3. Com isso, o tribunal confirma a decisão tomada em março de 2017 que impede as empresas de participarem de contratação pública na esfera federal pelo prazo de cinco anos. A decisão também se aplica à Empresa Brasileira de Engenharia e à Techint Engenharia e Construção. No julgamento original, realizado em 22 de março de 2017, o TCU livrou as construtoras Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez da mesma condenação, pois teriam firmado acordo de leniência com Ministério Público Federal (MPF).

Investimentos da Energisa

A Energisa prevê investir R\$ 2,8 bilhões neste ano, informou ontem o diretor financeiro e de relações com investidores da empresa, Maurício Botelho, durante teleconferência com analistas sobre os resultados de 2018. Do total de investimentos previstos, R\$ 2,389 bilhões serão destinados às distribuidoras do grupo. Segundo Botelho, as distribuidoras Ceron (RO) e Eletroacre (AC),

adquiridas da Eletrobras no ano passado, receberão investimentos de R\$ 699 milhões. A empresa continua olhando oportunidades em transmissão e geração, informou o presidente da companhia, Ricardo Botelho.

Minério de ferro cai

O preço do minério de ferro caiu ontem 3,4% no porto de Qingdao, para US\$ 84,30 a tonelada, segundo a publicação "Fastmarkets MB". No mês, a commodity acumula queda de 1,22%. No ano, porém, os preços tiveram alta de 15,91%. Na segunda-feira, a 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte autorizou a retomada das atividades do complexo de Brucutu, que produz 30 milhões de toneladas de minério por ano. Segundo o banco Julius Baer, assumindo que as operações da mina sejam retomadas, o mercado de minério de ferro terá, novamente, algum colchão de oferta e os riscos de valorização irão retroceder. Ao mesmo tempo, ressalta o banco, a oferta se tornou ainda mais incerta e incontrolável após a decisão judicial, reforçando o foco nos dados da exportação brasileira de minério.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: PIB mineiro pode cair 7% com parada de minas da Vale

A paralisação de minas de ferro da Vale em Minas Gerais, em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho, pode causar um dano maior nas contas do estado. Um estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) mostrou que a economia mineira pode reduzir 7,3% neste ano com a parada de produção de 90 milhões de toneladas de minério de ferro. A Vale produz no estado em torno de 190 milhões de toneladas de minério. Com mais de 10 de suas minas paradas, a extração baixou para cerca de 100 milhões de toneladas.

A entidade traçou, ainda, um cenário mais pessimista, com a queda na produção de minério de até 130 milhões de toneladas. Assim, o PIB mineiro recuaria 12%. Já no cenário mais otimista, com queda de produção menor, na faixa de 75 milhões de toneladas, haveria retração econômica de 5,6%.

"A confirmação ou não desses cenários dependerá da Agência Nacional de Mineração, da sociedade como um todo, do Ministério Público, do Judiciário. O governo de Minas Gerais está consciente do drama", afirmou o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, em entrevista ao **Valor**.

A parada na operação das várias minas da Vale ocorreu em seguida ao desastre da barragem da mina Córrego do Feijão, operada pela Vale, como forma de atender à exigências das autoridades, como Ministério Público e Justiça de Minas.

Ontem, a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais (Semad) anunciou que vai permitir que a Vale volte a operar a barragem de rejeito de minério do complexo Brucutu, maior mina da companhia no estado. A decisão ocorreu um dia depois de a Justiça autorizar a retomada da produção em Brucutu.

"Considerando a nova decisão judicial da 1ª Vara de Justiça da Fazenda Pública, proferida em 19 de março, e que determina à Semad as medidas necessárias para retorno da operação da barragem, a secretaria está providenciando a devolução, à empresa, do certificado de operação, anteriormente recolhido, em razão de seu anterior cancelamento", informou a secretaria na nota.

Segundo Roscoe, um dos problemas enfrentados pelas mineradoras instaladas no estado é o prazo estabelecido pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para que elas renovem os laudos de estabilidade de suas barragens. Inicialmente o prazo era 8 de fevereiro, mas agência prorrogou-o para 30 de março. "O prazo continua muito exíguo", disse ele. "Muitas empresas não conseguirão fazer esses estudos por incapacidade de mão de obra disponível."

A Semad, órgão de Meio Ambiente de MG, acatou a decisão da Justiça e informou que vai liberar a mina de Brucutu

Para o dirigente, além do tempo curto, há um receio generalizado entre as empresas especializadas em emitir esses laudos de segurança. "Por conta de um excesso de conservadorismo, existe um temor nessas empresas de assinar esse tipo de declaração."

"A Fiemg não está defendendo que estruturas com risco devam continuar operando, claro que não." Mas, na sua visão, a tragédia de Brumadinho acabou alimentando sobretudo no estado uma "demonização" da mineração.

No estudo que elaborou, a Fiemg aponta também que a arrecadação do estado pode cair R\$ 4,3 bilhões neste ano se a produção de minério da empresa recuar 90 milhões de toneladas.

Em um cenário mais otimista, com a paralisação da produção de 75 milhões de toneladas de minério por ano, a arrecadação do estado cairia R\$ 3,7 bilhões.

Já no cenário mais pessimista, com a parada de atividade de mais minas no estado, levando a uma queda na produção de 130 milhões de toneladas, Minas Gerais perderia R\$ 6 bilhões em receita de impostos.

A paralisação parcial de atividades da Vale tem outro impacto importante, diz a Fiemg: o desemprego. Com o cenário de perda de 90 milhões de toneladas no ano, 850 mil postos de trabalho podem estar comprometidos.

O levantamento considerou o número de trabalhadores no setor mineral e em outros segmentos industriais do estado que teriam impacto direto das decisões tomadas pela mineradora por causa do desastre ambiental na barragem de Brumadinho, que levou à morte de 209 pessoas. Continuam desaparecidas 97.

No cenário mais otimista, o número de postos de trabalho perdidos será de 623,7 mil e em um horizonte mais pessimista 1,48 milhão perderiam os empregos.

O estudo mostrou, ainda, a retração no faturamento do setor industrial mineiro com a queda na produção de minério de ferro da Vale, que lidera a atividade em Minas Gerais. De acordo com o levantamento, com 90 milhões de toneladas a menos este ano, a receita poderá cair R\$ 92,6 bilhões.

Porém, se novas medidas judiciais vierem a paralisar mais minas da empresa no estado, e a produção tiver retração de 130 milhões de toneladas, o faturamento do setor industrial pode apresentar um recuo de R\$ 155,9 bilhões. Já no cenário mais otimista, a queda na receita ficaria em cerca de R\$ 70,1 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo

Título: Falta consenso sobre valor de Braskem

As conversas entre Odebrecht e LyondellBasell alcançaram um momento decisivo, mas ainda não há definição sobre as condições comerciais da potencial venda da Braskem à companhia holandesa, apurou o **Valor**. Segundo fontes próximas às negociações, não há convergência sobre a avaliação da petroquímica brasileira e a forma de pagamento, entre outros termos. A demora tem gerado dúvidas no mercado sobre o sucesso da transação.

Na B3, a companhia voltou a se valorizar neste ano, após o diálogo entre as partes ter enfrentado uma paralisação devido à indefinição eleitoral no fim de 2018. A petroquímica brasileira iniciou o ano avaliada em menos de R\$ 38 bilhões e fechou o pregão de ontem valendo R\$ 43 bilhões.

A aquisição da Braskem pela Lyondell daria origem à maior fabricante de resinas plásticas do mundo, com receita global próxima de US\$ 55 bilhões.

As partes estão na mesa discutindo valores. Há uma expectativa, criada pelo discurso público da Petrobras, sócia no controle da Braskem, de que é esperada uma definição próximo do fim deste mês ou começo de abril. Porém, não se trata de uma data formal ou limite. Mesmo assim, a percepção é que a Odebrecht estará pronta para, neste intervalo, acertar a venda ou encerrar a conversa com os holandeses, se não for possível consenso.

Ainda que as companhias alcancem nos próximos dias um entendimento sobre o valor da Braskem, a assinatura de um acordo de compra e venda de ações não será imediata. Acertadas as condições comerciais, advogados dos dois lados se debruçarão sobre os termos técnicos do contrato. Nesse momento também serão definidas as medidas que poderão ser adotadas caso autoridades antitruste imponham alguma condição para aprovação do negócio.

Odebrecht e Braskem são sócias no controle da petroquímica. A Odebrecht possui 50,1% das ações ordinárias 38% do capital total. A Petrobras detém 47% das ações com direito a voto e 36% do total. O diálogo com a Lyondell começou no carnaval do ano passado. Portanto, um ano já se passou desde que as negociações tiveram início.

Caso não haja sucesso com o grupo holandês, a Odebrecht tem clara a decisão de que venderá a Braskem, assim como a Petrobras. Portanto, o grupo brasileiro planeja buscar outra alternativa estratégica para a petroquímica. No mercado, já se sabe que outros candidatos procuraram seus assessores financeiros e estão atentos a uma eventual oportunidade.

Neste momento, o foco do engajamento é com a LyondellBasell. Mas, segundo fontes da indústria, além da holandesa, outras companhias do setor haviam indicado interesse em uma operação com a Braskem, entre as quais Exxon, Dow e Shell, quando começaram as movimentações dentro da Odebrecht para destravar valor da petroquímica.

Em 2017, a Petrobras chegou a participar das discussões sobre as opções que poderiam ser exploradas para que se alcançasse esse resultado - incluindo a unificação das classes de ações da Braskem e migração para o Novo Mercado. Com a oferta da LyondellBasell, porém, essas alternativas foram colocadas de lado.

Fontes do setor indicaram que há interesse de fundos internacionais de participações e de petroleiras globais no ativo, uma vez que a tendência no setor é a de verticalização. Maior petroleira do mundo, a Saudi Aramco - que foi citada como uma das interessadas na Braskem - planeja comprar uma fatia majoritária da Sabic, estatal da Arábia Saudita na área química.

Fontes de mercado acreditam que o caminho para negociar a Braskem está pavimentado após todo o engajamento com Lyondell. De um lado, foi vencido uma das maiores dificuldades, que era a negociação e disposição da Petrobras em garantir acordos de fornecimento de matérias-primas de longo prazo. Do outro, a Odebrecht tem toda a estrutura para diligências contábil, de controles e anti-corrupção já estruturada.

Junto com a discussão da avaliação da petroquímica, houve um escrutínio das contingências da petroquímica em balanço, que somam R\$ 9,5 bilhões, em sua maioria de natureza tributária.

A avaliação da Braskem para venda do controle não precisa agradar apenas à Odebrecht, mas também a um grupo de cinco bancos - Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES e Santander. As ações da petroquímica estão concedidas em garantia a esses bancos pelo conglomerado brasileiro, como cobertura para débitos de R\$ 12,7 bilhões.

A valorização da Braskem por meio de uma venda é evento crucial à Odebrecht. A petroquímica é o principal ativo do grupo e maior gerador de recursos. Desde 2015, a companhia já anunciou a distribuição de R\$ 7,17 bilhões em dividendos. Somente referente ao ano passado, a empresa anunciou o pagamento de R\$ 2,67 bilhões. Pelo segundo ano consecutivo, o caixa gerado pelas operações da companhia, antes das atividades de investimento e financiamento, foi de aproximadamente R\$ 12 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: Sem novidades na pauta sucroalcooleira

O encontro entre os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump, na última terça-feira em Washington, não trouxe qualquer novidade para a pauta de comércio de açúcar e etanol.

Nas conversas, os Estados Unidos não demonstraram disposição em ampliar a atual cota de importação livre de tarifa (que varia de 150 mil a 160 mil toneladas por ano) que beneficia o açúcar brasileiro. Em contrapartida, o Brasil também não deverá renovar a cota de 600 milhões de litros anuais de etanol livre de tarifa, que favorece o produto americano, disse uma fonte do governo brasileiro que participou das negociações. A isenção da tarifa de 10%, atualmente em vigor, vencerá em agosto próximo.

A cota de importação de etanol não deverá ser renovada pelo Brasil para evitar impactos ao etanol produzido no Nordeste, região que importa a maior parte do produto dos Estados Unidos.

Também na terça-feira, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, e o secretário de Estado da Agricultura dos EUA, Sonny Perdue, se encontraram e discutiram vários itens da pauta agrícola bilateral, e os temas sucroalcooleiros sequer foram mencionados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 21/03/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De Brasília

Título: Carf mantém cobrança de R\$ 2,17 bi da Petrobras

A Petrobras perdeu ontem, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), uma importante disputa travada com a Fazenda Nacional. Em primeiro julgamento sobre o assunto, a Câmara Superior discordou da forma de contratação de serviços de exploração marítima de petróleo. Por maioria, a 3ª Turma manteve cobrança de R\$ 2,17 bilhões.

A empresa pretende recorrer à Justiça, segundo informou o advogado Tiago Lemos, que a representa no processo. Para levar o caso ao Judiciário, é necessário apresentar garantia do valor.

A decisão da 3ª Turma foi pelo voto de qualidade, o desempate do presidente do colegiado. Os quatro conselheiros representantes dos contribuintes votaram para cancelar a cobrança. Os quatro representantes da Fazenda, para mantê-la.

O valor da autuação é indicado pela Petrobras em seu Formulário de Referência. No documento, a companhia já estimava a chance de perda como possível. Não há valor provisionado.

A tese é relevante para a empresa, que tem vários processos sobre o assunto. O valor total estimado, segundo consta no seu Formulário de Referência, é de R\$ 44,6 bilhões. Inclui casos sobre Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda (IRRF).

No julgamento, o presidente em exercício da 3ª Turma, conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, representante da Fazenda, afirmou que o processo é icônico e outros chegarão à Câmara Superior.

A discussão trata da forma como são feitos os contratos. A Petrobras costuma fechar dois, um para o aluguel (afretamento) de plataformas e o outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção. Normalmente, o contrato de afretamento, que não é tributado, contém a maior parte do custo.

A empresa alega que o aluguel de plataformas é mais caro que a prestação de serviços. A Receita Federal, porém, considera a prática irregular. Por isso, desconsidera o afretamento e trata tudo como importação de serviços.

A autuação julgada ontem envolve uma cobrança de Cide do ano de 2009 sobre valores de afretamento (processo nº 166 82.721545/2013-94). O julgamento começou em janeiro e foi suspenso por pedidos de vista. Foi retomado ontem com o voto-vista da conselheira Tatiana Midori Migiyama, representante dos contribuintes.

Ela acompanhou a relatora, Vanessa Marini Cecconello, representante dos contribuintes, que afastava a cobrança do tributo. Para a relatora, a partir da Lei nº 9.481, de 1997, ficou reconhecida na legislação a possibilidade de contratação simultânea. "Considerando que a conduta de celebração de contratos estava amparada pela legalidade e a validade do planejamento, a opção negocial do contribuinte no desempenho de suas atividades, quando não configurar ilicitude, é possível", disse Vanessa.

Para haver simulação que leve à deslegitimar o negócio jurídico, acrescentou, é necessário existir intenção de enganar o Fisco. O fato de a empresa que faz o afretamento ser do mesmo grupo econômico da empresa que faz a prestação de serviços, segundo ela, não configura abuso de direito, mas liberdade de contratar.

Prevaleceu, porém, no julgamento, o voto do conselheiro Andrada Márcio Canuto Natal, representante da Fazenda. Para ele, não há impedimento para a

tributação. Os contratos foram firmados, acrescentou, sem a preocupação efetiva de separar prestação de serviços do aluguel de plataformas.

Luiz Eduardo de Oliveira Santos, representante da Fazenda, seguiu o entendimento. A discussão, de acordo com ele, não é qual o limite de afretamento e de prestação de serviços, mas sim a causa final dos contratos. "O que a contratante queria receber? Queria receber produção", afirmou. Para Santos, há indícios convergentes de uma única vontade da contratante.

No caso, segundo a advogada Diana Piatti Lobo, do Machado Meyer Advogados, o Carf considerou que o Fisco demonstrou a artificialidade da operação, o que não ocorreu em precedente favorável à empresa julgado em turma baixa. A tese é específica para as petroleiras. Um dos pontos da decisão, contudo, acrescentou, é mais abrangente e reforçou posição do Carf. A Câmara Superior manteve o IRRF na base de cálculo da Cide.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Economia

Autor: ANNE WARTH e A.F. BRASÍLIA

Título: Planalto tenta acelerar privatização da Eletrobrás

Após sinalização de que processo ficaria para 2020, nova estratégia é garantir entrada de recursos ainda este ano

Para reforçar os cofres do Tesouro Nacional e elevar o ânimo dos investidores, o governo decidiu acelerar os planos de privatização da Eletrobrás. Após sinalização de que o processo ficaria para 2020, os Ministérios de Economia e de **Minas e Energia** decidiram colocar o pé no acelerador na tentativa de viabilizar uma solução ainda este ano. O modelo deve ser definido até junho. A previsão é que a arrecadação chegue R\$ 12,2 bilhões. Enquanto o MME defende a capitalização e pulverização do controle da companhia, o Ministério da Economia estuda a possibilidade de que as subsidiárias da Eletrobrás sejam transferidas para outra empresa do grupo, a Eletropar, e vendidas separadamente.

A secretária executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, disse ao Estadão/ Broadcast que o modelo mais adequado é o de capitalização. Desta forma, a Eletrobrás lançaria novas ações ao mercado, mas o governo, que hoje detém 60% da companhia, não compraria esses papéis, reduzindo sua fatia a cerca de 40%. Assim, deixaria o controle da Eletrobrás, mas manteria poder considerável por meio de ações especiais golden share, ação especial que

garante poder de veto em alguns pontos. Trata-se do mesmo modelo proposto durante o governo Michel Temer, mas a União ainda estuda a melhor forma de "blindar" as subsidiárias Eletronuclear e Itaipu, que precisam permanecer sob controle estatal.

A União não pode abrir mão do controle da Eletronuclear, pois a exploração é monopólio constitucional da União, e nem de Itaipu Binacional, sociedade com Paraguai. Já o secretário especial de Fazenda do Ministério de Economia, Waldery Rodrigues Filho, defendeu o "drop down", em que controladas – Chesf, Eletronorte, Furnas e Eletrosul – seriam repassadas à Eletropar, uma das subsidiárias do grupo, para a privatização. A informação foi dada em entrevista ao Estadão/Broadcast, publicada na terça-feira. Nesse modelo, a Eletrobrás também continuaria com Itaipu e Eletronuclear, e a venda das controladas seria feita de forma separada.

A alternativa do Ministério da Economia embute o risco de que a venda de certas subsidiárias não se concretize. "Podemos ter êxito na venda de uma e receber outorga, e nas demais não prosperar. Esse modelo tem gestão mais restrita. Já no modelo de capitalização, só dependemos do apetite do mercado", disse a secretária do MME. Além disso, ela destacou que há chance de que as empresas sejam compradas por um único operador, concentrando o setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Economia

Autor: A.W.

Título: Conta de luz cai após governo quitar débito

O empréstimo bilionário feito em 2015 para evitar um reajuste elevado nas contas de luz terá a quitação antecipada para setembro. Originalmente, o pagamento, que ocorre por recolhimento de taxas nas contas de luz, ocorreria em abril de 2020. Com a antecipação, os consumidores deixarão de pagar R\$ 6,4 bilhões em suas contas neste ano, o que deve reduzir as tarifas em 3,7%, em média.

O empréstimo uniu três operações, com recursos repassados em abril e agosto de 2014 e em março de 2015, no total R\$ 21,2 bilhões. Ele foi firmado no auge de uma crise hídrica que levou ao acionamento de praticamente todas as termoelétricas, que geram Energia mais cara. Realizado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o financiamento serviu para evitar um reajuste muito elevado nas tarifas em ano eleitoral. Esses recursos foram repassados para dar fôlego às distribuidoras. O custo foi embutido na conta de luz de todos os consumidores do País (exceto Roraima, que está fora do Sistema Interligado

Nacional), de forma parcelada e mensal, em cinco anos, até abril de 2020. Quando o empréstimo foi negociado, em 2014, participaram da operação 13 bancos, entre privados e estatais. Na renegociação, oito bancos ainda faziam parte da operação – BRB, BTG Pactual, Bank of America, Credit Suisse e JP Morgan já haviam saído do negócio, ao venderem cotas e direitos para os outros participantes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Governo vai bloquear até R\$ 30 bilhões

Com adiamento de privatizações e economia em ritmo lento, Executivo aumenta aperto para evitar rombo superior a R\$ 139 bi no Orçamento

O bloqueio que será anunciado na sexta-feira pela equipe econômica deve ser próximo de R\$ 30 bilhões, segundo fontes da equipe econômica. A previsão inicial, como informou o "Estado", era a de que fosse superior a R\$ 10 bilhões, mas diante da forte contenção de gastos, o número deve ser maior, apurou o "Broadcast/Estadão". O contingenciamento de recursos é um expediente usado por governos para garantir o cumprimento da meta fiscal. Quando se identifica risco de estouro dessa meta, parte dos gastos previstos é congelada. O Orçamento aprovado para este ano prevê a possibilidade de um rombo de até R\$ 139 bilhões. O corte maior no início do ano se deve à recuperação ainda lenta da economia brasileira e o adiamento da venda de estatais, uma promessa da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com a recuperação aquém do esperado, a arrecadação com impostos está abaixo do projetado pela equipe econômica. Esse cenário exige compensações do lado das despesas, com o contingenciamento. Já o plano de privatizações de Guedes ficou num segundo plano para não atrapalhar a reforma da Previdência, embora também tenha sido posto de lado por causa de resistências do próprio presidente Jair Bolsonaro e de grupos de militares que o apoiam. No entanto, o anúncio dos processos de desestatização foi recebido por euforia pelos investidores. Entre as privatizações em suspenso que poderiam reforçar os cofres públicos está a da Eletrobrás, que injetaria R\$ 12 bilhões nos cofres públicos, embora exista uma tentativa de fazer o processo ocorrer em 2019.

O megaleilão de barris excedentes da área da cessão onerosa do pré-sal, que poderia captar outros R\$ 100 bilhões este ano, também pode não ocorrer em 2019, pois o governo resolveu rever os termos da cessão onerosa com a Petrobrás. A licitação está marcada para outubro, mas há um longo e complexo

caminho até lá. As maiores perdas apontadas na primeira revisão do Orçamento vêm, portanto, da previsão de receitas com o adiamento da privatização da Eletrobrás, da frustração da arrecadação de tributos, como a contribuição previdenciária, e da elevação pontual de gastos. O ministro da Economia prometeu, durante a campanha de Bolsonaro, que zeraria esse déficit em 2019, e ainda não recuou publicamente desse compromisso.

Mas o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, admitiu que as contas públicas devem fechar no vermelho pelo sexto ano. Cientes da dificuldade de entregar até mesmo o buraco previsto no Orçamento, integrantes da equipe econômica já antecipavam nos bastidores que seria necessário anunciar algum contingenciamento logo no início do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Promotor diz que Vale obstruiu apuração

Mineradora pediu encerramento do inquérito que analisava condições de barragens, incluindo a de Brumadinho, que se rompeu em janeiro

A Vale utilizou a Tüv Süd, empresa alemã que contratou para atestar a segurança da barragem que rompeu em Brumadinho, para obstruir a atuação de órgãos de fiscalização e controle do setor de mineração no Brasil. A acusação é do promotor William Garcia Pinto, do Ministério Público de Minas Gerais, que atua na parte criminal da força-tarefa que apura as causas da ruptura da estrutura. O promotor disse ainda que a Vale, em novembro do ano passado, pediu o encerramento de inquérito aberto pelo MP para apurar as condições de segurança da barragem que acabou se rompendo dois meses depois.

O inquérito foi aberto depois do rompimento da barragem da Samarco, que pertence à Vale e à BHP Billiton, em Mariana, e envolveu outras barragens no município. Também neste caso, segundo o representante do MP, foi utilizada uma documentação emitida pela Tüv Süd para justificar o fim do inquérito. "A Vale protocolou pedido para que o inquérito fosse arquivado, alegando que não havia risco da barragem que se rompeu para a vida humana, a saúde e o meio ambiente", disse o promotor, durante seminário da Associação dos Juizes do Brasil (Ajufe), anteontem.

"A atuação da Tüv Süd foi determinante para dificultar a atividade dos órgãos de fiscalização e controle, a partir do momento em que certificou a estrutura da barragem, e corrompeu todo o modelo de certificação brasileiro de segurança

de barragem", disse o promotor que acompanha o caso. Pinto disse ainda que a mineradora prossegue com essa estratégia. "Até hoje a Vale se utiliza, se escuda na potencial credibilidade da empresa (Tüv Süd) para dizer que não sabia de nada. A empresa foi utilizada, por exemplo, para dificultar a atividade do MP e tirar do radar do poder público a prioridade daquela barragem que estava tão crítica, e dois meses depois se rompeu."

Pressão. Dois engenheiros da Tüv Süd estão entre as 13 pessoas que foram presas ao longo dos quase dois meses de investigação. As outras 11 são funcionárias da Vale. Um dos engenheiros da Tüv Süd, Makoto Namba, afirmou em depoimento ter sido pressionado pelo gerente executivo corporativo da Vale, Alexandre Campanha, para que emitisse o laudo. O executivo da mineradora, também em depoimento, negou que tenha feito a pressão. Procurada pela reportagem, a Vale divulgou uma nota.

"Ao contratar uma empresa de auditoria de renome internacional, como a Tüv Süd, que atua em mais de 50 países, a Vale esperava que os auditores dessa empresa tivessem responsabilidade técnica, independência e autonomia na prestação de seus serviços, pois cabe ao auditor o papel de realizar um processo sistemático, documentado e independente para obter todas as evidências possíveis e avaliá-las objetivamente, privilegiando a segurança acima de tudo."

Em relação ao inquérito instaurado em 2016, cujo objetivo era averiguar a estabilidade das barragens de Brumadinho, a Vale esclareceu que em novembro de 2018 apresentou os planos de segurança dessas estruturas, conforme solicitado pelo Ministério Público de Minas Gerais, e solicitou o arquivamento do inquérito por "confiar plenamente que as informações prestadas desde 2016 atestavam a estabilidade das barragens conforme a legislação vigente." A Tüv Süd disse que ainda prefere não comentar as investigações, mas reitera que iniciou uma apuração independente sobre o caso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: : 21/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi

Título: Desmatamento pode elevar temperatura na Amazônia em 1,45°C

Trabalho científico liga desmate em áreas tropicais da Terra a um aumento médio de 0,38°C entre 2000 e 2010

Se o desmatamento na Amazônia continuar no ritmo atual, a perda da floresta pode levar, até 2050, a um aumento médio da temperatura da região de 1,45°C, o que, além de afetar a biodiversidade local, poderá ter impactos econômicos e

sociais, incluindo o aumento da ocorrência de algumas doenças infecciosas e da demanda por Energia elétrica e água. Além disso, haverá redução na produtividade de cultivos. O alerta está em um estudo publicado ontem na revista PLoS ONE por pesquisadores da Universidade Estadual do Rio (Uerj), da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade da Califórnia em Santa Cruz.

O grupo analisou o impacto já sentido da retirada da cobertura vegetal na reflexão da luz solar e na capacidade de evapotranspiração da floresta (perda de água do solo por evaporação e da planta por transpiração) sobre a temperatura do solo em regiões tropicais e o que pode ocorrer no futuro na Amazônia. De acordo com o trabalho, o desmatamento já promoveu em áreas tropicais da Terra um aumento de 0,38°C entre 2000 e 2010. Mas esse valor é uma média para todas as regiões, considerando um desmatamento também médio para essas de 26% no período. A maioria das áreas analisadas (67%) sofreu menos de 20% de desmatamento.

Onde a perda florestal foi mais intensa, o aquecimento observado também é maior. "Quando olhamos áreas tropicais que sofreram taxas maiores de desmatamento, o aumento de temperatura foi muito maior. Por exemplo, em áreas que perderam 50% de sua cobertura florestal, o aumento médio foi de 1,08°C. Em áreas com 100% de desmatamento, o aumento pode chegar a quase 2°C. Isso provavelmente ocorreu em áreas ao longo do arco do desmatamento da Amazônia", disse ao Estado o ecólogo Jayme Prevedello, da Uerj – o primeiro autor do trabalho. O pesquisador explica que esses valores de aquecimento são uma média entre as temperaturas diurna e noturna. "Se considerarmos apenas a temperatura durante o dia, os aumentos são ainda mais dramáticos.

Na média, o aumento foi 0,87°C. Para locais com 50% de desmatamento, foi de 1,7°C, e para 100% de desmatamento, foi de 3°C em média, podendo chegar a 5,1°C", afirma. "Dramático". Os autores também mediram os impactos que podem ser sentidos entre 2010 e 2050 especificamente para a Amazônia, em um cenário com taxas de desmatamento em alta semelhantes às atuais e considerando que o Código Florestal seja cumprido. No primeiro cenário, a temperatura pode subir em média até 1,45°C. "Este nível de aquecimento é dramático em áreas com alto nível de desmatamento e rivaliza com o aumento de temperatura pelas mudanças climáticas. Honestamente, fiquei surpreso com esses valores. Já sabíamos há muito tempo que nas margens da floresta, próximo de uma área desmatada, é muito mais quente, mas não sabíamos que esse nível de aquecimento penetrava em áreas tão grandes", complementa Barry Sinervo, da Universidade da Califórnia, em entrevista ao Estado.

Os resultados são consistentes com outros trabalhos que compararam áreas florestadas com pastagem e cultivos de soja. Um estudo de 2015 de pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do

Centro de Pesquisa Woods Hole, em Mato Grosso, mostrou que, quando a floresta é convertida em soja, ocorre um aumento na temperatura da superfície de mais de 5°C.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Na bomba 1

Painel S.A.

A diretoria da ANP (Agência Nacional do **petróleo**) discutirá nesta quinta-feira (20) um pedido da Refinaria de Manguinhos, rebatizada de Refit, que quer uma atualização da sua autorização de funcionamento.

Na bomba 2

Manguinhos, do Rio, teve o pedido de recuperação judicial homologado em 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Consumidores terão alívio nas contas de luz de 2019 e 2020

Antecipação do pagamento de dívida de distribuidoras com bancos será compensado nos reajustes das tarifas

O consumidor terá um alívio de 4,9 pontos percentuais na conta de luz neste ano e em 2020 devido à antecipação do pagamento de uma dívida bilionária que vinha sendo paga pelos consumidores desde 2015.

Todos os meses, a população pagava, por meio da tarifa de Energia, aproximadamente R\$ 700 milhões. Ainda restavam R\$ 8,4 bilhões a serem quitados até 2020. Com o acordo, o acerto será feito até setembro deste ano.

O efeito no preço da Energia elétrica virá por meio dos reajustes anuais realizados pelas distribuidoras. Neste ano, haverá um alívio de 3,7 pontos percentuais — ou seja, se o reajuste era de 10%, passará a ser de 6,3%. Em 2020, o impacto será uma redução de 1,2 ponto percentual.

Após dois anos de reajustes altos da conta de luz, em 2017 e 2018, o mercado já previa que neste ano os aumentos fossem mais brandos, como a Folha já havia noticiado no fim do ano passado.

Cálculos da TR Soluções (empresa especializada em tarifas de Energia) apontam que, em 2019, o preço ficará praticamente estável — sem contabilizar o acionamento das bandeiras tarifárias.

Seis distribuidoras que já tiveram reajustes aprovados pela agência reguladora desde o fim do ano passado terão revisões extraordinárias para aplicar o alívio: a Cepisa (Piauí), a Ceron (Rondônia), a Eletroacre, a Energisa Borborema e as duas distribuidoras fluminenses, a Light e a Enel Rio.

A dívida bilionária foi contraída em 2014. À época, mudanças regulatórias e decisões do governo Dilma Rousseff (PT) fizeram com que as companhias ficassem descontratadas, ou seja, com poucas usinas geradoras à sua disposição.

A solução foi comprar Energia no chamado mercado de curto prazo — em que os preços variam mês a mês e, naqueles anos, estavam extremamente altos por causa da seca.

O resultado foi uma conta de R\$ 21,75 bilhões para as distribuidoras (em valores da época) e, consequentemente, para as tarifas de Energia.

O acordo com oito bancos firmado pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) permitiu a antecipação dos R\$ 8,4 bilhões que restavam da dívida. Para isso, houve uma cobrança de uma taxa equivalente a R\$ 140 milhões — valor menor do que os juros que seriam aplicados caso as parcelas não fossem antecipadas.

“Foi um esforço imenso. As conversas começaram em novembro e só agora avançamos para um acordo”, afirmou o diretor-geral da agência, André Pepitone.

Entre os bancos, havia instituições públicas (Caixa, Banco do Brasil, BNDES e Banrisul) e privadas (Bradesco, Itaú, Santander e Citibank).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 21/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Preço da gasolina em refinarias dispara 21,5% no ano

Com a escalada das cotações do petróleo, os preços da gasolina e do diesel vendidos pela Petrobras dispararam em 2019.

Para evitar altas maiores, segundo analistas, a estatal vem praticando valores abaixo das cotações internacionais desde o início de março.

Na terça (19), a Petrobras vendeu o litro da gasolina em suas refinarias por R\$ 1,836, 21,5% a mais do que o preço do fim de 2018 — e o maior valor desde o início de novembro.

O diesel subiu 18,5% em 2019.

Nesta quarta (20), o presidente Jair Bolsonaro escreveu no Twitter que sabe que uma das principais reclamações do brasileiro é o preço do combustível.

“Temos conversado com os ministérios responsáveis para absorver tal demanda e até poder diversificar”, disse. “Lembro que os estados carregam consigo enorme responsabilidade na tributação dos combustíveis.”

Segundo o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), os aumentos refletem a alta das cotações do petróleo.

A do petróleo Brent, negociado em Londres e usado como referência internacional, subiu 26,4% em 2019. Nas últimas semanas o ritmo de aumento se acelerou — indicação de que a Petrobras está segurando repasses ao mercado interno.

Em sua política de preços, implementada em julho de 2017, depois da paralisação dos caminhoneiros, a estatal usa o conceito de paridade de importação, que simula o valor em que a gasolina do Golfo do México chegaria ao Brasil.

De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, esse valor subiu 13% em março. A gasolina da Petrobras teve alta de 9% no mesmo período.

Cálculos feitos pelo CBIE indicam que, desde o início de março, a empresa está vendendo gasolina a preços mais baixos do que a cotação internacional em quatro das cinco regiões brasileiras — a exceção é o Centro-Oeste, onde os custos logísticos são maiores.

O movimento de alta ainda não chegou integralmente às bombas, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), mas especialistas acreditam que o petróleo se manterá em alta, pressionando o mercado interno.

A pesquisa da agência mostra que o litro da gasolina foi vendido na semana passada por R\$ 4,294 na média nacional — valor inferior aos R\$ 4,344 da última semana de 2018, mas 3% maior que o de um mês atrás.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Uma aventura americana

Acredite. Não foi só com a refinaria de Pasadena, um dos estopins que tornaram público o esquema de corrupção na Petrobras. Nos últimos cinco anos, a estatal brasileira perdeu o equivalente a uns US\$ 6,5 bilhões com negócios mal feitos nos EUA.

VEÍCULO: O Globo

Data: 21/03/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Reajustes da Light e da Enel serão revistos, e aumento será menor

Aneel fecha acordo com bancos para quitar dívida de empréstimo bilionário a distribuidoras em 2014. Medida permitiria alívio de 3,7% nas contas de luz em todo o país este ano

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) fechou um acordo com uma série de bancos e vai antecipar para 2019 o pagamento total de um empréstimo bilionário cujos custos estavam embutidos na conta de luz. Com isso, na prática, os reajustes aplicados pela Light e pela Enel serão revistos, e o aumento da tarifa para os consumidores será menor.

Light e Enel reajustaram suas tarifas em 11,52% e 9,72%, respectivamente, na última sexta-feira. Agora, esses percentuais serão reduzidos e os novos valores serão divulgados na próxima terça-feira.

O acordo anunciado ontem, segundo a Aneel, permite um alívio de 3,7%, em média, nas tarifas de Energia de todo o país neste ano e de 1,2% em 2020. Não significa que haverá redução na conta de luz, mas sim que o percentual de aumento anteriormente previsto será menor.

REAJUSTES ACIMA DA MÉDIA

Nos casos da Light e da Enel, como os reajustes já foram aplicados, estes terão de ser revistos. O alívio na fatura será bem-vindo para o morador do Rio. Reportagem do GLOBO mostrou que a conta de Energia do morador do estado tem subido acima da inflação e da média nacional das tarifas nesta década. Nos últimos cinco anos, as contas da Enel deram um salto de 75%.

Já as tarifas da Light, nesse mesmo período, subiram 65%. Por outro lado, a inflação oficial e a média nacional ficaram bem abaixo desses percentuais. Enquanto o número do aumento médio para todo o país foi de 47%, a inflação do período medida pelo IPCA ficou em 32%. Nos últimos dez anos, a conta de luz do carioca mais que dobrou.

—Estamos retirando R\$ 6,4 bilhões da tarifa em 2019 e R\$ 2 bilhões em 2020. A operação atenua as tarifas de Energia de todos os consumidores do Brasil em 4,9% — disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

O empréstimo foi feito para ajudar as distribuidoras a pagar pela compra de Energia ao longo de 2014, em meio a uma baixa histórica no volume dos reservatórios das hidrelétricas, e evitar um reajuste muito elevado para os consumidores de uma só vez. A intenção, naquele momento, era diluir os valores ao longo dos anos. Os financiamentos foram tomados com um consórcio de 13 bancos e somaram R\$ 21 bilhões, em números da época, sem contar os juros.

EMPRÉSTIMO EMBUTIDO NAS TARIFAS

Três operações foram acordadas — em abril e agosto de 2014 e fevereiro de 2015. Na época, ficou decidido que os valores necessário para quitar a dívida seriam repassados às tarifas entre novembro de 2015 e abril de 2020. A Aneel conseguiu, agora, antecipar a quitação do empréstimo e reduzir o montante a ser pago pelos consumidores. A dívida atual soma R\$ 8,8 bilhões.

Todos os meses, o consumidor paga esse empréstimo nas contas. Paga também pela formação de um fundo de reserva para cobrir eventuais calotes. Em setembro, o tamanho do fundo será do mesmo tamanho da dívida. Isso permitirá que o empréstimo seja pago com os valores que estão no fundo.

A conta de luz que chega na casa do consumidor é composta por outros itens, como compra de Energia, uso de linhas de transmissão e subsídios que ajudam a bancar ações do governo. Por isso, a redução esperada pela Aneel com a renegociação do empréstimo vai ajudar a “amortecer” altas previstas para os outros itens.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/03/2019****Seção: Economia****Autor: Beatriz Roscoe****Título: Conta de luz terá reajuste menor**

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou um acordo com um pool de bancos que atenuará em 3,7% os reajustes nas tarifas de energia neste ano, e em 1,2%, no próximo. O efeito se deve ao sucesso da negociação, em parceria com o **Ministério de Minas e Energia**, e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com um pool de bancos para a quitação antecipada de um empréstimo feito em 2014, durante a crise hídrica no setor, no intuito de intensificar o uso de termelétricas.

A amortização da chamada Conta ACR é feita com taxas embutidas nas contas de luz dos consumidores, e o acordo implicará na retirada de R\$ 8,4 bilhões das faturas até 2020. A desoneração antecipada será possível devido ao valor acumulado em um fundo de reserva criado para eventuais imprevistos, também arrecadado das taxas pagas pelos consumidores. Todo mês, as tarifas de energia recolhem R\$ 703 milhões para quitar o empréstimo. Desse total, R\$ 536 milhões vão para os bancos, e o restante é destinado ao fundo de reserva.

A quitação do empréstimo, que estava prevista para abril de 2020, será antecipada para setembro de 2019. Isso significa que o encargo na tarifa de energia elétrica deixará de ser recolhido dos consumidores a partir de outubro. Dessa forma, caso uma distribuidora tivesse o reajuste de 2019 calculado em 10%, ele passará a ser de 6,3%. Em 2020, um aumento das tarifas de 10% cairá para 8,8%.

André Pepitone, diretor-geral da Aneel, comemorou o que considerou o sucesso de um esforço conjunto: “Nós fizemos um trabalho administrativo árduo e logramos o êxito de apresentar um resultado concreto e efetivo na conta de luz de cada brasileiro”, declarou.

**** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo***

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/03/2019****Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Acordo sobre base de Alcântara pode render R\$ 1,1 bilhão ao Brasil**

Mercado S/A

Representantes dos governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram na segunda-feira, em Washington, um acordo de salvaguardas tecnológicas para permitir o uso comercial do centro de lançamento de Alcântara, no Maranhão (foto). Afinal, que vantagens a parceria trará para o país? Segundo o engenheiro e empreendedor espacial Lucas Fonseca, que acompanhou a assinatura do acordo na Câmara Americana de Comércio como representante da indústria na delegação brasileira, a exploração comercial da base pode render US\$ 300 milhões (R\$ 1,1 bilhão) anuais ao Brasil em novos negócios. Fonseca diz que Boeing e Lockheed são as empresas americanas que devem ter interesse na base brasileira, mas a assinatura do acordo por si só não garante que os investimentos venham imediatamente. “Para isso acontecer, é necessário que haja um interesse político genuíno”, afirma o executivo. “Este mercado depende muito de apoios governamentais.”

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 21/03/2019****Seção: Ciência****Autor: Vilhena Soares****Título: Desmatamento no Brasil aquece todo o planeta**

O desmatamento de florestas no Brasil pode ter impacto significativo no aquecimento do planeta Terra. Um estudo conduzido por cientistas brasileiros e americanos mostra que, mantidos os ritmos atuais de degradação, a atividade será responsável por um aumento de 1,45°C na temperatura global até 2050. No trabalho, divulgado na última edição da revista Plos One, os autores também reforçam que o reflorestamento pode ser a resposta para evitar esse cenário preocupante.

Os cientistas explicam que as florestas refletem menos luz solar e têm maior evapotranspiração (perda de água da vegetação para a atmosfera) do que a vegetação aberta, mantendo o ambiente do clima ameno. Dessa forma, o desmatamento afeta diretamente a temperatura da superfície terrestre local. Até recentemente, havia dados globais limitados sobre esse aspecto mais localizado do problema, o que impedia interpretações e previsões mais

detalhadas.

Diante de novas informações acessíveis, a equipe utilizou um conjunto de dados globais, contemplando o período de 2000 a 2010, sobre cobertura florestal, taxas de evapotranspiração, reflexão solar e temperatura da superfície da Terra para construir um modelo que pudesse quantificar a relação entre a destruição da mata e as mudanças de clima em regiões tropicais, temperadas e boreais.

“Nosso estudo surgiu do conhecimento gerado por estudos anteriores feitos por outros pesquisadores de diferentes países, aliado às experiências de cada autor do presente trabalho”, conta ao Correio Gisele Winck, uma das autoras e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O trabalho contou com a participação de cientistas da Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos.

Os pesquisadores descobriram que a natureza do efeito de desmatamento e de florestamento e a magnitude da mudança de temperatura dependeram da latitude. Nas regiões tropicais e temperadas, a degradação levou ao aquecimento, enquanto o florestamento teve efeito de resfriamento. Nas regiões boreais, o desmatamento levou a um leve resfriamento, embora a magnitude do efeito fosse menor. A magnitude dos impactos da mudança florestal foi maior nas regiões tropicais, com, por exemplo, desmatamento de aproximadamente 50%, levando a um aquecimento local de mais de 1°C.

Combinação de impactos

Também chamou a atenção da equipe o tamanho do impacto da devastação em um território pequeno. “Nos impressionou a magnitude do efeito que a mudança da cobertura florestal em uma área de 5 x 5 quilômetros (que foi a escala do nosso estudo) tem sobre a temperatura, e como o efeito se propaga de uma área desmatada para outras intactas ao redor”, detalha Gisele Winck. “Isso é alarmante, ainda mais quando pensamos que esse efeito que detectamos é adicional ao do aumento da temperatura devido às mudanças ambientais globais.”

O trabalho não resultou apenas em conclusões alarmantes. Segundo a autora, a boa notícia é que a magnitude do efeito da volta da floresta é o mesmo, mas de forma positiva, diminuindo o aumento da temperatura. “Nesse quesito, o que mais nos impressionou foi que o reflorestamento feito em um intervalo de apenas 10 anos foi suficiente para reverter os efeitos do desmatamento sobre o clima”, complementa Gisele Winck.

Os pesquisadores ressaltam que os resultados entram em concordância com uma série de pesquisas recentes voltadas para o aumento da temperatura global. “Segundo o quinto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), já estamos experimentando o efeito do aumento da

temperatura em 1°C, com consequências locais e regionais graves, como ondas de calor, seca, aumento de focos de incêndio e da incidência de eventos extremos”, diz a autora. “Estamos em uma corrida contra o tempo para restringir o aquecimento global em 1,5°C nas próximas décadas. Soma-se a isso os até 1,5°C de aumento devido ao desmatamento. É imprescindível que cada um de nós esteja ciente desses dados e que saiba que, mesmo individualmente, podemos ajudar a minimizar esses impactos. Cada ação conta”, ressalta a cientista brasileira.

“O reflorestamento feito em um intervalo de apenas 10 anos foi suficiente para reverter os efeitos do desmatamento sobre o clima”

Gisele Winck, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 21/03/2019

Seção: Ciência

Autor: Vilhena Soares

Título: Reflorestamento tem que ser planejado

O modelo criado considera mudanças de temperatura entre 2010 e 2050. Pelos resultados, assumindo que a taxa atual de desmatamento ilegal no Brasil seja mantida, os autores preveem um aquecimento da superfície terrestre de até 1,45 °C até 2050. Dessa forma, em um processo contrário, de interrupção da devastação das florestas, o efeito sobre os termômetros seria bem mais limitado.

“A primeira atitude é evitar ou minimizar ao máximo possível o desmatamento ilegal. As florestas atuam como um tampão climático, evitando que a temperatura aumente ou diminua muito, exatamente pelos efeitos de absorção de energia solar e de evapotranspiração que demonstramos no nosso estudo”, ressalta Gisele Winck, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo ela, o reflorestamento é uma excelente opção de enfrentamento ao problema. Isso porque pode ser realizada por todos os níveis da sociedade, tanto do setor público quanto do privado, além dos cidadãos comuns. “Idealmente, o reflorestamento deve ser feito com espécies nativas e seguindo os princípios modernos da ecologia da restauração para que, no fim, tenhamos, de fato, uma nova floresta, com toda sua biodiversidade associada, e não apenas uma plantação de árvores”, alerta.

Gisele Winck frisa ainda que as autoridades e os processos de fiscalização

desempenham um papel extremamente importante nesse cenário. “Nesse estudo, também demonstramos como as políticas públicas têm uma grande influência no cenário previsto para o Brasil para as próximas décadas. É fundamental que o Código Florestal seja respeitado para que o pior cenário não aconteça, além de recuperar as florestas ao máximo possível”, defende. O estudo terá continuidade, com enfoque nas consequências dos efeitos combinados das mudanças climáticas globais e do desmatamento/reflorestamento sobre animais e plantas. “Em um futuro próximo, publicaremos mais informações sobre os impactos desses processos sobre diferentes grupos de vertebrados, incluindo anfíbios, lagartos e mamíferos”, adianta a cientista da UFRJ. (VS)

Espécie de restauração

Por meio desse modelo, também chamado de restauro ecológico, um habitat é recuperado com base em sua estrutura, diversidade, suas funções e as dinâmicas do ecossistema que existiam antes de ele ter sido danificado. Dessa maneira, é possível fazer com que as espécies que habitam o local consigam se recuperar da melhor forma possível, evitando possíveis danos de reabitação. Dentro da área ecológica, existem diversos profissionais especializados nesse tipo de restauração ambiental.

MME / ASCOM .